

# PETROPOLITANAS



THIAGO ALVAREZ/CM

Decreto de calamidade foi publicado no dia 30/06

## Calamidade financeira deve nortear debate sobre LDO e LOA

O decreto de calamidade financeira, publicado em 30 de junho, deve ser um dos principais temas de debate durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) na Câmara Municipal. Afinal, a medida prevê mais seis meses de contingenciamento de despesas, cortes de gastos e revisão de contratos, refletindo diretamente no planejamento financeiro do município. Mais do que reconhecer a crise, o decreto evidencia que, se o município não apertar definitivamente os cintos, a situação fiscal dificilmente melhorará em 2027. Pelo contrário, há o risco de agravamento. Até o fim do ano, a administração terá como principais desafios regularizar débitos, manter os serviços públicos em funcionamento e encontrar alternativas para ampliar a arrecadação sem comprometer ainda mais a população.

### Busca de recursos além do município

Outro ponto que exigirá atenção será a busca por recursos para impedir o crescimento das dívidas e dos precatórios, que atualmente somam cerca de R\$ 175 milhões. Sem um planejamento consistente e medidas efetivas de equilíbrio fiscal, a tendência é que esse passivo continue aumentando, reduzindo ainda mais a capacidade de investimento do município. Também será necessária uma forte articulação política junto aos governos estadual e federal para a obtenção de recursos extraordinários e investimentos.

ARQUIVO/TV CORREIO DA MANHÃ



Situação fiscal segue problemática mesmo com decreto

### Justificativa perde força

Em momentos de restrição fiscal, o apoio externo deixa de ser apenas uma alternativa e passa a ser uma necessidade. Por fim, a atual gestão também enfrenta um desafio político. Embora parte da situação financeira seja consequência de problemas herdados de administrações anteriores, esse argumento perde força com o passar do tempo. Após 19 meses à frente da Prefeitura, a população passa a cobrar menos explicações sobre o passado e mais resultados para o presente e para o futuro.

### Críticas alegam falta de transparência

O decreto também tem gerado reações e críticas por parte da oposição. A vereadora Júlia Casamasso alega falta de transparência no decreto. Entre os questionamentos: qual valor o município precisa economizar? Quais contratos serão revistos? Quais os resultados obtidos, uma vez que o decreto é válido desde 2025? A parlamentar ainda alega que há recursos para terceirizar serviços essenciais do município, como coleta de lixo e educação.

### Educação

A educação dos motoristas em Petrópolis precisa ser analisada. Recentemente a CPTrans publicou um vídeo nas redes sociais explicando como a rotatória no Vale do Carangola deve ser utilizada. Embora o município precise de investimentos urgentes em mobilidade, está claro que falta educação no trânsito petropolitano.

### Zíper

O problema pode ser constatado no trevo de Bonsucesso. Apesar da placa indicar 'sistema zíper', ou seja, um veículo por vez, os motoristas não respeitam a sinalização, até mesmo os ônibus invadem a via. A consequência, uma disputa sem fim pelo espaço, tanto para quem segue no sentido centro, quanto quem pretende seguir para Itaipava.

### Emprego

O Balcão de Empregos da Prefeitura de Petrópolis oferece esta semana 74 oportunidades de trabalho. As vagas estão disponíveis desta segunda-feira (06/07) até sexta-feira (10/07) e os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site oficial da Prefeitura de Petrópolis. (<https://www.petropolis.rj.gov.br>)

### Medalha

Três atletas do programa Agita Petrópolis participaram neste fim de semana dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro Kyorigui, etapas regionais e estaduais, em Bangu, no Rio de Janeiro. Eles conquistaram três medalhas: uma de ouro e duas de prata. Outros sete atletas também representaram a cidade. Foram 14 medalhas, quatro de ouro, sete de prata e três de bronze.

### Reagiu

Após a publicação do vídeo do atual presidente do Sehaç, Luiz Cruzick, que alegou que não há problemas no serviço, o vereador Léo França voltou a criticar o município. Segundo ele, a denúncia realizada referente aos alimentos disponibilizados aos pacientes, não era apenas do gabinete, mas sim da população petropolitana.

### Suspensão

Foi protocolado na Câmara Municipal de Petrópolis a suspensão do recesso legislativo. A medida foi solicitada pelo vereador Léo França nesta terça-feira (07), com a justificativa de fiscalizar e acompanhar o recente decreto publicado pelo município que prorrogou o estado de calamidade financeira por 180 dias.



Presidente do Sehaç desmente denúncia do parlamentar

## Justiça intima Prefeitura para esclarecer situação alimentar

### Decisão é um desdobramento da denúncia dos alimentos do HAC

Por **Leandra Lima**

A Prefeitura e o corpo técnico do Serviço Autônomo do Hospital Alcides Carneiro (Sehaç), que gere o Hospital Alcides Carneiro (HAC), terão que esclarecer à Justiça a situação nutricional da unidade. A decisão é do juiz Jorge Luiz Martins, da 4ª Vara Cível de Petrópolis, que intimou os envolvidos para se apresentarem em juízo nesta quinta-feira (9), após a exposição de denúncias de má conservação de hortifrutis e cardápio reduzido.

O magistrado levou em consideração a denúncia do vereador Léo França (PT), que relatou, por meio das redes sociais, a situação nutricional da unidade. Conforme apontou o vereador, após a fiscalização no local de armazenamento de alimentos, havia hortifrutis em degradação. Também contou que recebeu relatos de pacientes e familiares de que estavam, há pelo menos 15 dias, comendo ovo como proteína.

Após a denúncia, o diretor-presidente do Sehaç, Luís Cruzick, e a nutricionista da unidade, Vanessa Wendling da Silva, informaram, por meio de um vídeo publicado nas redes sociais, que as informações não eram verdadeiras, declarando que "nenhum alimento com alteração é utilizado nas refeições, o cardápio é elaborado por nutricionistas e os pacientes recebem uma alimentação planejada e variada".

Sobre os fatos, a Prefeitura encaminhou uma nota ao Correio, ressaltando que as informações divulgadas sobre a alimentação dos pacientes não refletem a rotina da unidade. "Todos os dias, antes do preparo das refeições, a equipe de Nu-

trição confere os alimentos que serão utilizados. Qualquer produto que apresente alteração é descartado imediatamente e não chega a ser servido aos pacientes", apontaram.

Também esclareceram que não é verdadeira a informação de que o ovo tenha sido a única fonte de proteína oferecida nos últimos 15 dias. "O cardápio é planejado por nutricionistas e segue critérios técnicos, respeitando as necessidades nutricionais de cada paciente. Eventuais substituições de itens fazem parte da rotina de qualquer serviço de alimentação hospitalar e ocorrem por questões operacionais, sem relação com denúncias ou mudanças emergenciais", contaram.

A direção do HAC também informou que prestará todos os esclarecimentos solicitados pela Justiça.

Porém, o fato de haver apenas ovo como proteína foi citado em audiência na 4ª Vara Cível, em novembro de 2025, quando o juiz Jorge Luiz Martins havia apelidado a situação de "Festival de omelete: segunda, terça, quarta, todos os dias. Tiraram a carne e colocaram ovo".

Também em 2025, houve uma audiência em que foi levantado que, para conter gastos, profissionais também foram orientados pela direção do Sehaç a reavaliar o cardápio das refeições, priorizando a redução de custos sem comprometer o valor nutricional. Conforme o relato da nutricionista Vanessa Wendling, na época, o item mais caro do cardápio era a proteína, e a carne vermelha estava sendo substituída pela branca, como frango e ovo.